

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI

# Estudo Técnico Preliminar 8/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.005392/2025-40

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí (SR/PF/PI) apresenta demanda permanente e contínua pela contratação de serviços terceirizados essenciais ao adequado funcionamento de suas atividades administrativas, operacionais e de apoio, notadamente no que se refere às áreas de preparo físico dos servidores, condução de veículos oficiais e manutenção das áreas verdes da unidade.

**2.2. Educador Físico:** identifica-se a necessidade de contratação de 01 (um) profissional Bacharel em Educação Física, com dedicação exclusiva, para acompanhamento técnico contínuo das atividades físicas desenvolvidas pelos servidores. A natureza das atribuições desempenhadas pela Polícia Federal exige elevado nível de condicionamento físico, resistência, mobilidade e prevenção de lesões, o que demanda supervisão profissional qualificada e permanente. O Educador Físico será responsável pela orientação de treinos individualizados e coletivos, elaboração de rotinas específicas voltadas às atividades operacionais, acompanhamento da execução dos exercícios, intervenções preventivas e condução de programas de ginástica laboral, fundamentais à promoção da saúde, à prevenção de doenças ocupacionais e à redução de afastamentos. Ademais, mostra-se necessária a atuação do profissional na instrução de técnicas básicas de artes marciais, com ênfase em Jiu-Jitsu, modalidade amplamente utilizada para aprimoramento físico, autocontrole, técnicas de imobilização e segurança pessoal dos servidores. A ausência desse acompanhamento comprometeria a efetividade dos treinamentos, aumentaria o risco de lesões e inviabilizaria a implementação consistente de programas institucionais de saúde e bem-estar, tornando imprescindível a contratação contínua e especializada, nos termos da legislação vigente.

**2.3. Motorista:** verifica-se a necessidade de contratação de 01 (um) profissional terceirizado, com dedicação exclusiva e Carteira Nacional de Habilitação na categoria D, para condução de veículos oficiais, incluindo viaturas de grande porte e utilitários. A SR/PF/PI realiza, de forma contínua, atividades que demandam transporte institucional, apoio logístico às equipes operacionais, deslocamentos intermunicipais e interestaduais, condução de servidores em serviço, entrega de documentos sensíveis e atendimento a demandas administrativas internas e externas. A inexistência de pessoal próprio suficiente para suprir essas rotinas, aliada à necessidade de alocar os servidores efetivos nas atividades finalísticas da Polícia Federal, evidencia a necessidade de contratação terceirizada. As atribuições inerentes à função exigem profissional experiente, capacitado, submetido às normas de segurança institucional e com disponibilidade permanente para atender a deslocamentos programados e emergenciais, garantindo regularidade, prontidão e continuidade do serviço, caracterizado como atividade contínua nos termos da IN SEGES/ME nº 05/2017.

2.4. Dessa forma, a contratação terceirizada de **01 (um) Educador Físico e 01 (um) Motorista**, todos com dedicação exclusiva, mostra-se necessária, adequada e alinhada ao princípio do planejamento previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes da IN SEGES/ME nº 05/2017, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, o apoio às atividades finalísticas da Polícia Federal e o pleno funcionamento da SR/PF/PI.

**2.5. Fundamentação na descentralização administrativa e na execução indireta:** A necessidade de contratação dos serviços de Educador Físico e Motorista encontra fundamento no art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabelece a descentralização como diretriz básica da Administração Pública Federal. Em especial, o § 7º do art. 10 dispõe que a Administração deve desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta mediante contrato, com o objetivo de evitar o crescimento desmesurado da máquina administrativa e permitir que os órgãos se concentrem nas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e controle.

**2.6. Enquadramento como atividades executivas e não finalísticas:** os serviços demandados caracterizam-se como tarefas executivas, materiais e operacionais, não relacionadas à atividade fim da Polícia Federal. Tal enquadramento é compatível com o disposto no art. 10, § 7º, do Decreto-Lei nº 200 /1967, bem como com o art. 3º, § 1º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que autoriza a execução indireta de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, desde que não haja transferência de responsabilidade decisória ou institucional ao contratado.

**2.7. Conformidade com as vedações do Decreto nº 9.507/2018:** a contratação pretendida respeita integralmente as vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, uma vez que os serviços de educador físico e motorista:

- não envolvem tomada de decisão ou posicionamento institucional (art. 3º, inciso I);
- não são considerados estratégicos para o órgão (art. 3º, inciso II);
- não se relacionam ao exercício do poder de polícia, regulação, outorga ou aplicação de sanções (art. 3º, inciso III);

- não correspondem a atribuições inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da Polícia Federal (art. 3º, inciso IV).

**2.8. Atendimento ao art. 2º do Decreto nº 9.507/2018 e à Portaria nº 443/MPDG/2018:** o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018 determina que ato do Ministro de Estado da Economia estabeleça os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta. Em cumprimento a esse dispositivo, foi editada a Portaria nº 443/MPDG, de 27 de dezembro de 2018, que elenca, em seu art. 1º, os serviços passíveis de terceirização. Conforme os incisos do referido artigo, enquadram-se diretamente:

- Transportes (art. 1º, inciso XXVIII).

2.9. Ainda que a atividade de Educador Físico não esteja nominada expressamente, o rol da Portaria tem caráter exemplificativo, permitindo a terceirização de outras atividades de natureza auxiliar e de apoio técnico, desde que observadas as vedações do Decreto nº 9.507/2018, o que ocorre no presente caso.

2.10. Ademais, a necessidade de acompanhamento profissional qualificado das atividades físicas dos servidores policiais decorre de imposição normativa interna da própria Polícia Federal, notadamente da Instrução Normativa nº 88DG/DPF/2014, que estabelece a obrigatoriedade da prática contínua de atividade física institucional como requisito permanente para a manutenção do preparo físico, da capacidade operacional e da mitigação dos riscos inerentes à atividade policial. O acompanhamento por Educador Físico habilitado é indispensável para assegurar que os treinos sejam planejados, orientados e executados de forma segura, eficiente e compatível com as exigências funcionais, prevenindo lesões, promovendo saúde ocupacional e garantindo o cumprimento adequado da norma institucional, sem que isso implique delegação de atribuições finalísticas ou decisórias, caracterizando-se, assim, como serviço de apoio técnico auxiliar plenamente passível de execução indireta.

**2.11. Compatibilidade com o interesse público e os princípios da Administração:** a contratação por execução indireta atende ao interesse público, em consonância com o art. 10, § 8º, do Decreto-Lei nº 200/1967, que condiciona a adoção da execução indireta aos ditames do interesse público. Ademais, a solução promove os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao permitir melhor utilização dos recursos humanos próprios da Polícia Federal nas atividades finalísticas.

**2.12. Fundamentação da necessidade de dedicação exclusiva:** a exigência de dedicação exclusiva justifica-se pela natureza contínua e permanente dos serviços prestados, em consonância com o conceito de serviço contínuo previsto no art. 15 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017, bem como pela necessidade de disponibilidade diária, previsibilidade operacional e integração às rotinas administrativas da SR/PF/PI, sem prejuízo da supervisão administrativa prevista na legislação vigente.

**2.13. Enquadramento como serviços comuns:** os serviços objeto da presente contratação enquadram-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva neste Estudo Técnico Preliminar e no correspondente Termo de Referência. As atividades de educador físico e motorista possuem características usuais de mercado, com rotinas, métodos de execução, qualificações profissionais e resultados esperados amplamente conhecidos e praticados, permitindo a descrição precisa das obrigações, dos critérios de medição, dos níveis de qualidade exigidos e das condições de execução, sem necessidade de soluções personalizadas ou inovação técnica, o que atende integralmente ao conceito legal de serviço comum previsto na legislação de regência;

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
UTRAN/SELOG/SR/PF/PI	EVILÁSIO BARRETO DE CARVALHO FILHO
DELECOR/DRPJ/SR/PF/PI	GREGORIO JOSE DE JESUS SOUSA

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação dos serviços de Educador Físico e Motorista deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e legais mínimos, necessários para assegurar a adequada execução dos serviços, a continuidade das atividades institucionais da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí e a estrita observância das normas que regem a execução indireta de serviços na Administração Pública Federal.

4.2. Os serviços caracterizam-se como serviços contínuos, de apoio auxiliar, instrumental e operacional, devendo ser prestados de forma regular e permanente, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 9.507/2018, da Portaria nº 443/MPDG/2018, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021, sem transferência de responsabilidades decisórias ou institucionais à empresa contratada.

4.3. A empresa contratada deverá manter vínculo empregatício formal com os profissionais alocados, sendo responsável integral pela gestão trabalhista, previdenciária, fiscal e administrativa da mão de obra, bem como pela substituição imediata dos profissionais em casos de faltas, férias, afastamentos ou desligamentos, garantindo a continuidade dos serviços. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Os serviços deverão ser executados nas dependências da SR/PF/PI ou em locais por ela indicados, conforme a natureza de cada atividade, observandose rigorosamente as normas internas de segurança, sigilo institucional, conduta funcional e rotinas administrativas estabelecidas pela Polícia Federal. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Requisitos específicos do serviço de Educador Físico**

4.5. O profissional deverá possuir bacharelado em Educação Física, com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF), e atuar no planejamento, orientação, acompanhamento e supervisão das atividades físicas institucionais dos servidores policiais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 88DG/DPF/2014, que estabelece a obrigatoriedade da prática contínua de atividade física pelos policiais federais.

4.6. Possuir formação em Jiu-Jitsu, com graduação mínima de faixa preta, atuando como instrutor, com conhecimentos em artes marciais e certificação reconhecida pela CBJJ e/ou IBJJF.

4.7. Dentre suas atribuições, incluem-se a elaboração de programas de condicionamento físico, ginástica laboral, prevenção de lesões e orientação de atividades compatíveis com as exigências funcionais da atividade policial, inclusive apoio técnico à instrução de condicionamento funcional e técnicas básicas de artes marciais, com ênfase em JiuJitsu. A atuação terá caráter técnico, preventivo e orientativo, não envolvendo funções de chefia, coordenação administrativa ou tomada de decisão institucional.

#### **Requisitos específicos do serviço de Motorista**

4.8. O profissional deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida na categoria “D”, compatível com a condução de veículos oficiais de grande porte, bem como experiência prévia na condução de veículos similares. Caberá ao motorista a condução de viaturas e veículos utilitários, transporte de servidores e materiais, realização de deslocamentos urbanos intermunicipais e interestaduais, observando as normas de trânsito e as diretrizes internas da Polícia Federal.

4.9. Dirigir e manobrar veículos, transportar pessoas, cargas, documentos ou valores. Conduzir veículo para abastecimento de combustível e oficina de manutenção. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. No desempenho das atividades deve utilizar de capacidade comunicativa e trabalhar seguindo normas de segurança.

#### **Classificação dos serviços**

4.10. Os serviços objeto da contratação enquadram-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no respectivo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, rotinas amplamente conhecidas e critérios mensuráveis de execução.

#### **Observância da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**

4.11. A contratação deverá observar obrigatoriamente a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), assegurando o correto enquadramento funcional dos profissionais, a compatibilidade entre as atribuições exigidas e as atividades desempenhadas, bem como a adequada fiscalização trabalhista e previdenciária do contrato. Para atendimento da demanda identificada, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes códigos:

- CBO 224120 – Profissional de Educação Física, para o acompanhamento técnico das atividades físicas institucionais dos servidores; e
- CBO 782510 – Motorista de caminhão, compatível com a condução de veículos oficiais de grande porte e apoio logístico;

4.12. O correto enquadramento nos respectivos códigos CBO constitui requisito essencial da contratação e deverá ser comprovado e acompanhado pela fiscalização contratual.

#### **Turnos, Jornadas e Horário de Trabalho**

4.13. O horário de funcionamento da SR/PF/PI e suas descentralizadas é das 08:00 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira, porém, alguns postos possuem horários estendidos de atendimento como é o caso do setor de transportes.

4.14. Sempre que possível, os serviços serão realizados durante o horário normal de expediente. A Administração, com a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, poderá alterar o horário conforme conveniência, inclusive nos sábados, domingos e feriados, respeitada a carga horária semanal de cada profissional.

4.15. Na hipótese de ser necessária a execução de serviços aos finais de semana, será adotada compensação de horas, de forma a respeitar a carga horária definida de 40 horas semanais.

4.16. A COMPENSAÇÃO DE HORAS será preferível, sempre que possível, em relação ao horário excedente na carga horária do funcionário, respeitando a legislação vigente sobre a matéria, em especial a Súmula 85 do TST.

4.17. Sendo assim, a jornada de trabalho poderá admitir, dentre outros, os seguintes horários:

- 07h:00min às 11h:00min e das 12h:00min às 16h:48min.
- 08h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:48min.
- 08h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 18h:48min

4.18. Quanto aos profissionais ocupantes dos cargos de motorista e educador físico, a contratada deverá assegurar disponibilidade para a execução de serviços eventuais, quando demandados pela Administração, inclusive:

- após o cumprimento da jornada regular de trabalho;
- em horário noturno;
- em deslocamentos e viagens a serviço;
- em feriados e aos finais de semana.

4.19. Para o controle da jornada de trabalho, a empresa contratada deverá conferir os relatórios de frequência de seus empregados diariamente, fazendo a devida comunicação ao gestor do contrato sempre que verificar ocorrências de horas excedidas, objetivando a solicitação das justificativas dos setores responsáveis e acerto das horas extrapoladas na forma de compensação.

4.20. O excesso de jornada realizado em um dia deverá ser compensado pela redução em outro dia ou na redução das jornadas, nos termos das normas vigentes e sob a conveniência do CONTRATANTE.

4.21. A compensação de horas deverá ser, preferencialmente, compensada no mesmo mês, e no máximo no mês subsequente ao do fato gerador.

#### **Deslocamento do motorista, do educador físico e das horas extraordinárias**

4.22. Tendo em vista a natureza contínua dos serviços prestados, tanto pelo motorista, responsável pelo transporte institucional de bens, materiais, veículos oficiais e pessoas a serviço da Administração, quanto pelo educador físico, responsável pela execução de atividades de instrução física em academia, participação em eventos esportivos institucionais e desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e promoção da saúde dos servidores, a execução contratual poderá, mesmo quando iniciada em horário comercial, ser realizada fora da jornada normal de trabalho de 08 (oito) horas.

4.23. A Superintendência Regional mantém unidades da Polícia Federal nos municípios de Parnaíba/PI (DPF/PHB/PI) e Picos/PI (DPF/PCS/PI) e Bom Jesus/PI, as quais, eventualmente, demandam o deslocamento do motorista para a realização de atividades inerentes à sua função, tais como o transporte de servidores, autoridades, colaboradores eventuais, bens patrimoniais, documentos e materiais institucionais, bem como o apoio logístico a missões administrativas e operacionais.

4.24. O motorista poderá ainda se deslocar para qualquer unidade da federação, quando também fará jus a diárias e eventuais horas extras, ou compensação, conforme legislação, acordo ou convenção de trabalho.

4.25. Poderá ser exigido o deslocamento do educador físico para a realização de atividades presenciais de instrução física, acompanhamento de treinamentos funcionais, apoio a eventos esportivos institucionais e execução de programas de promoção e prevenção à saúde dos servidores, dentro do estado do Piauí. Em razão da natureza contínua dos serviços, tais deslocamentos poderão ultrapassar o horário normal de expediente e/ou os dias úteis, alcançando sábados, domingos e feriados.

4.26. Diante desse contexto, constatou-se a necessidade de estimar a realização de horas extraordinárias, tanto para o motorista quanto para o educador físico, em razão de demandas específicas inerentes às atribuições de cada função, a saber:

- Para o motorista: a necessidade de realização de deslocamentos institucionais em horários noturnos, bem como o cumprimento de viagens a serviço entre unidades descentralizadas, envolvendo o transporte de servidores, autoridades, bens patrimoniais, documentos e materiais institucionais, cujas atividades, em razão de sua natureza contínua e imprevisível, podem extrapolar a jornada regular de trabalho, inclusive aos finais de semana e feriados.
- Para o educador físico: a execução de atividades técnicas que demandam atuação fora do horário regular, tais como a condução de treinamentos físicos em horários alternativos compatíveis com a escala dos servidores, a participação e o apoio a eventos esportivos institucionais, bem como a implementação de ações, campanhas e programas voltados à prevenção de doenças, promoção da saúde, condicionamento físico e melhoria da qualidade de vida dos servidores, inclusive em unidades descentralizadas.
- Para ambos os profissionais: a necessidade de atendimento a demandas extraordinárias no âmbito da própria unidade ou em delegacias descentralizadas, decorrentes de deslocamentos, atividades eventuais não planejadas previamente e serviços realizados fora da jornada regular, em observância às necessidades administrativas e institucionais da Polícia Federal.

4.27. Para fins de planejamento e previsão orçamentária, ficam estabelecidas as seguintes quantidades estimadas de horas extraordinárias, a serem remuneradas quando efetivamente realizadas, em caráter eventual:

##### **4.27.1. Motorista:**

- a) 06 (seis) horas extras mensais;
- b) 02 (duas) horas mensais em DSR (descanso semanal remunerado);
- c) 02 (duas) horas de adicional noturno, conforme demanda excepcional; e
- d) 04 (quatro) dias de viagens por mês, considerando deslocamentos intermunicipais e interestaduais para atendimento às localidades demandadas pela SR/PF/PI.

##### **4.27.2. Educador Físico:**

a) 02 (duas) horas extras mensais;

b) 02 (duas) horas mensais em DSR (descanso semanal remunerado);

c) 02 (dois) dias de viagens por mês, considerando deslocamentos intermunicipais para atendimento às localidades demandadas pela SR /PF/PI.

### **Prazo de vigência da contratação**

4.28. Considerando a natureza contínua dos serviços e sua essencialidade ao funcionamento regular da unidade, a contratação deverá prever vigência inicial de 05 (cinco) anos, admitida a prorrogação sucessiva até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que mantidas as condições de vantajosidade e o interesse da Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.29. A adoção de prazo contratual ampliado é compatível com a necessidade de continuidade, padronização operacional, planejamento orçamentário e eficiência administrativa, além de contribuir para a redução de custos decorrentes de frequentes processos licitatórios e para a estabilidade na prestação dos serviços de apoio às atividades institucionais da Polícia Federal.

### **Subcontratação**

4.30. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, uma vez que os serviços demandados apresentam execução simples, rotineira e padronizada, não comportando divisão em etapas técnicas complexas que justifiquem a participação de terceiros. A subcontratação somente se mostra cabível quando o objeto apresenta elevada complexidade ou exige especializações distintas, em atenção aos princípios da especialização e da concentração de atividades, o que não se verifica no presente caso. A vedação visa assegurar maior controle da execução contratual, responsabilidade direta da contratada e maior eficiência na fiscalização.

### **Participação de empresas sob a forma de consórcio**

4.31. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio. O objeto da contratação não possui caráter complexo, não é de grande vulto e tampouco se trata de prática usual de mercado que justifique a formação consorcial. Ademais, a admissão de consórcios poderia restringir a competitividade do certame, na medida em que reduziria o universo de licitantes aptos a disputar a contratação, contrariando o princípio da ampla concorrência.

### **Participação de sociedades cooperativas**

4.32. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas no procedimento licitatório, considerando que o objeto trata-se de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, o que pressupõe atuação pessoal, habitual e subordinada dos profissionais nas dependências da contratante.

4.33. Nessas condições, a execução do objeto por cooperativa caracterizaria intermediação de mão de obra subordinada, incompatível com o regime jurídico das cooperativas de trabalho, conforme dispõe expressamente o art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que estabelece que a cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para a intermediação de mão de obra subordinada. Assim, a vedação visa prevenir riscos trabalhistas, preservar a legalidade da contratação e garantir a adequada execução do contrato.

### **Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**

4.34. Embora a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seus arts. 47 e 48, estabeleça tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, tal benefício não se aplica indistintamente a todas as contratações, devendo ser avaliado à luz da natureza do objeto e das condições de execução do serviço.

4.35. No presente caso, a contratação refere-se a serviços terceirizados com postos de mão de obra, com dedicação exclusiva, cuja execução exige capacidade econômico-financeira contínua, estrutura administrativa compatível, gestão permanente de pessoal, cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas e previdenciárias e garantia de substituição imediata dos profissionais, características que restringem a aplicação do tratamento favorecido.

4.36. Ressalte-se que o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento diferenciado às ME/EPP no âmbito da Administração Pública Federal, restringe expressamente a aplicação do benefício, no caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, às contratações de limpeza, conservação e vigilância, em razão de previsão normativa específica e prática consolidada de mercado. Para os demais serviços continuados com dedicação exclusiva, como os ora demandados, a norma não estende automaticamente tal prerrogativa.

4.37. Ademais, o art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, afasta a aplicação do tratamento diferenciado quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando puder comprometer a execução contratual, situação que se verifica na presente contratação, considerando a complexidade da gestão de pessoal, os riscos de descontinuidade e a necessidade de robustez operacional da empresa contratada.

4.38. Dessa forma, em razão da natureza do objeto, da execução por postos de trabalho com dedicação exclusiva e da inexistência de amparo legal específico para extensão do benefício às ME/EPP nesses serviços, conclui-se que não será aplicado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, preservando-se os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da segurança jurídica da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade da Administração e a natureza dos serviços demandados, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar a solução mais adequada para o atendimento contínuo das atividades de apoio à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí - SR/PF/PI. A análise evidencia que os serviços pretendidos possuem **caráter acessório e de apoio**, não se confundindo com as atividades finalísticas da Polícia Federal, o que torna **mais eficiente e vantajosa a contratação de empresa especializada fornecedora de mão de obra terceirizada**, por meio de execução indireta.

5.2. No levantamento efetuado, analisou-se a execução dos serviços **com dedicação exclusiva de mão de obra e sem dedicação exclusiva**. A execução sem dedicação exclusiva mostrou-se inadequada para atender às necessidades institucionais, por comprometer a regularidade, a disponibilidade diária, o controle da execução e a integração dos profissionais às rotinas da unidade. Em contrapartida, a execução **com dedicação exclusiva**, mediante alocação de postos de trabalho fixos, assegura maior previsibilidade, continuidade do serviço, pronta disponibilidade dos profissionais e maior eficiência na fiscalização contratual, atendendo de forma mais adequada às demandas permanentes da SR/PF/PI

5.3. Ressalte-se, ainda, que a **SR/PF/PI já dispõe de contratos vigentes estruturados no modelo de prestação de serviços com mão de obra por posto**, evidenciando que tal solução encontra respaldo na prática administrativa da unidade. Ademais, observa-se que os processos licitatórios anteriormente realizados contam com **participação significativa de empresas especializadas na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, o que demonstra a existência de mercado competitivo, capaz de atender às exigências técnicas, operacionais e legais definidas pela Administração

5.4. Dessa forma, o levantamento indica como **melhor solução a contratação por posto de trabalho, com mão de obra exclusiva**, modelo amplamente praticado no mercado de terceirização de serviços continuados, especialmente para atividades de apoio administrativo, operacional e técnico. Para fins de estimativa de custos e verificação da viabilidade da contratação, serão consultadas **empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento de mão de obra**, com experiência comprovada na execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva, observadas as exigências legais e os requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

5.5. Definida a linha de atuação pela contratação por posto, com dedicação exclusiva de mão de obra, procedeu-se ao **levantamento de preços** com o objetivo de subsidiar a **formação do valor de referência** dos serviços a serem contratados. Para tanto, deverão ser observadas as disposições da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, que estabelece os parâmetros e critérios para a realização da pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal.

5.6. Nos termos do **art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021**, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado deverá ser realizada mediante a utilização, de forma combinada ou não, dos seguintes parâmetros:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

5.7. A adoção desses parâmetros visa conferir **maior confiabilidade, transparência e aderência aos preços praticados pelo mercado**, assegurando a economicidade e a vantajosidade da contratação pretendida.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. No levantamento efetuado, analisou-se a execução dos serviços **com dedicação exclusiva de mão de obra e sem dedicação exclusiva**. A execução sem dedicação exclusiva mostrou-se inadequada para atender às necessidades institucionais da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí, uma vez que compromete a regularidade da prestação, a disponibilidade diária dos profissionais, o adequado controle da execução contratual e a integração dos prestadores às rotinas administrativas e operacionais da unidade. Esse modelo, embora eventualmente aplicado a demandas esporádicas ou de baixa previsibilidade, não se mostra compatível com serviços contínuos e permanentes, que exigem presença física constante, atuação diária e observância rigorosa de protocolos institucionais.

6.2. Em contrapartida, a execução **com dedicação exclusiva de mão de obra**, mediante a alocação de **postos de trabalho fixos**, assegura maior previsibilidade, continuidade do serviço, pronta disponibilidade dos profissionais e maior eficiência na fiscalização contratual. Esse modelo possibilita o acompanhamento direto da execução, maior controle da qualidade dos serviços prestados e rápida resposta às demandas ordinárias e extraordinárias, atendendo de forma mais adequada às necessidades permanentes da SR/PF/PI.

6.3. Ressalte-se, ainda, que a SR/PF/PI já dispõe de **contratos vigentes estruturados no modelo de prestação de serviços com mão de obra por posto**, evidenciando que a solução ora proposta encontra respaldo na prática administrativa consolidada da unidade e na experiência institucional acumulada. Ademais, observa-se que os processos licitatórios anteriormente realizados contam com **participação significativa de empresas especializadas na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, o que demonstra a existência de **mercado competitivo, maduro e capaz de atender às exigências técnicas, operacionais e legais** estabelecidas pela Administração.

6.4. No âmbito do mercado, outras alternativas teóricas poderiam ser consideradas, como a execução direta pela Administração, a contratação de serviços por demanda eventual ou a contratação sem dedicação exclusiva. Contudo, tais soluções mostram-se menos vantajosas. A execução direta implicaria aumento da estrutura administrativa, criação ou provimento de cargos e afastamento dos servidores das atividades finalísticas, em desacordo com os princípios da eficiência e da descentralização administrativa. A contratação por demanda ou sem exclusividade, por sua vez, não garantiria regularidade, disponibilidade contínua nem padronização da prestação dos serviços, além de dificultar significativamente a fiscalização.

6.5. Dessa forma, o levantamento realizado indica como **melhor solução a contratação por posto de trabalho, com mão de obra exclusiva**, modelo amplamente praticado e reconhecido no mercado de terceirização de serviços continuados, especialmente para atividades de apoio administrativo, operacional e técnico. Trata-se da alternativa que melhor concilia eficiência administrativa, continuidade do serviço, segurança jurídica e economicidade, atendendo plenamente às necessidades institucionais da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí.

6.6. Para fins de estimativa de custos e verificação da viabilidade da contratação, serão consultadas **empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento de mão de obra**, com experiência comprovada na execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva, observadas as exigências legais e os requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O levantamento interno realizado pela Administração demonstrou, de forma objetiva, a **necessidade de contratação dos postos de motorista e educador físico**, considerando o cenário operacional atual e as demandas projetadas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí (SR/PF/PI).

7.2. Nos últimos anos, verificou-se um **aumento significativo da demanda por serviços de apoio às atividades institucionais**, em razão da ampliação das ações administrativas e operacionais, da valorização das políticas de promoção da saúde dos servidores e da expansão e adequação das estruturas físicas das unidades, tanto na sede quanto nas unidades descentralizadas.

7.3. No que se refere ao **posto de educador físico**, destaca-se a **implantação de academias de musculação e espaços destinados à prática de atividades físicas** nas dependências da unidade sede e de unidades descentralizadas, o que passou a exigir acompanhamento técnico permanente e especializado. A atuação desse profissional é essencial para a orientação adequada dos servidores, elaboração e execução de programas de treinamento físico, prevenção de lesões, promoção da saúde ocupacional e apoio a eventos esportivos institucionais. Ademais, as **adaptações realizadas nos prédios, áreas externas e espaços abertos** demandam acompanhamento profissional contínuo, especialmente para a correta utilização desses ambientes em atividades físicas, observando critérios de segurança, ergonomia e bem-estar.

7.4. No tocante ao **serviço de motorista**, constatou-se que, nos últimos anos, ocorreram **aposentadorias, remoções e afastamentos de servidores** que anteriormente prestavam apoio nessa função, sem a devida reposição de recursos humanos. Tal situação resultou em déficit operacional relevante, impactando diretamente o transporte institucional de servidores, autoridades, bens, materiais e documentos, bem como o suporte logístico às unidades descentralizadas e ao cumprimento de missões administrativas e operacionais.

7.5. Diante desse cenário, a estimativa das quantidades a serem contratadas fundamenta-se na **necessidade de recomposição da força de trabalho**, na **garantia da continuidade dos serviços essenciais**, na **adequação à realidade das demandas atuais da SR/PF/PI** e na **mitigação de riscos administrativos e operacionais**, assegurando níveis adequados de eficiência, segurança, conservação do patrimônio público e qualidade na prestação dos serviços.

7.6. Assim, ficou definida a quantidade de postos necessários para a celebração de novo contrato, conforme a tabela abaixo:

LOCAL	Descrição	Unidade	Quantidade
	Educador Físico	POSTO - 40h /sem.	01

Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí – SR/PF/PI - Av. João XXIII, 4500 - Recanto das Palmeiras, Teresina/PI, CEP 64045-795	Motorista Categoria D	POSTO - 40h /sem.	01
---	--------------------------	----------------------	----

7.7. Considerando as especificidades técnicas de cada posto, verificou-se que a plena execução contratual exige a disponibilização de uniformes padronizados, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e equipamentos adequados, compatíveis com as atividades desempenhadas.

7.8. Tais insumos são indispensáveis para garantir a segurança dos trabalhadores, a padronização da prestação dos serviços, o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, bem como a qualidade, eficiência e continuidade dos serviços contratados.

7.9. Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas contempla não apenas a recomposição da força de trabalho necessária, mas também a estrutura mínima de apoio operacional indispensável para assegurar que os serviços sejam executados de maneira adequada, segura e em conformidade com as exigências administrativas e legais aplicáveis.

7.10. Assim, ficaram definidos os quantitativos de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, em conformidade com as especificidades de cada posto de trabalho, visando à adequada celebração de novo contrato, conforme disposto na tabela abaixo:

#### UNIFORMES:

7.11. No âmbito da estimativa das quantidades a serem contratadas, identificou-se a necessidade de inclusão de uniformes padronizados para os postos de motorista, educador físico e jardineiro, em razão das peculiaridades das atividades desempenhadas e da natureza contínua dos serviços prestados nas dependências da SR/PF/PI e de suas unidades descentralizadas.

7.12. A utilização de uniformes possibilita a padronização e a fácil identificação dos profissionais, contribuindo para a organização do ambiente de trabalho, a adequada apresentação institucional e o controle da execução dos serviços, além de favorecer a integração dos postos às rotinas administrativas e operacionais.

7.13. Os uniformes devem ser compatíveis com as atividades exercidas, observando critérios de funcionalidade, conforto e segurança, de modo a colaborar para melhores condições de trabalho e para a qualidade da prestação dos serviços. Dessa forma, sua inclusão na estimativa contratual mostra-se necessária para assegurar a plena execução do contrato e o atendimento eficiente às demandas institucionais.

UNIFORME DO MOTORISTA			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
01	Calça confeccionada em tecido rip stop de alta resistência, com composição de poliéster e algodão. Bolsos funcionais (frontais, laterais, cargos e traseiros) com fole e fechamento em velcro. O tecido amaciado para maior conforto, com forro reforçado nos bolsos.	Unidade	06
02	Camisa gola polo confeccionada em malha tipo piquet, composta por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, ou composição equivalente. Manga curta, modelagem adequada ao uso profissional e cores firmes (como azul marinho, preto ou branco). Tecido tratamento antipilling. Personalização por bordado no peito, contendo logomarca da instituição e/ou identificação funcional, com acabamento de qualidade.	Unidade	06
03	Bota em couro legítimo ou couro emborrachado, resistente à água. Solado em borracha tratorada e antiderrapante para diferentes superfícies. Cano curto a médio. Acolchoamento no calcanhar. palmilha anatômica.	Unidade	02
04	Meia sport cano longo, em poliamida ou algodão.	Par	06



05	Crachá em pvc tamanho padrão, impressão com foto colorida, suporte porta-crachá, e cordão Poliéster acetinado ou microfibra com Presilha "Jacaré" de aço inoxidável.	Unidade	01
----	--	---------	----

UNIFORME DO EDUCADOR FÍSICO			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
01	Calça tecido técnico tipo dry fit, alto desempenho, absorção e rápida evaporação do suor, conforto térmico. Modelagem reta (regular fit). Bolsos laterais funcionais. Cós elástico com cordão interno. Cor preta ou azul.	Unidade	04
02	Camisa confeccionada em tecido tecnológico Dry Fit 100% poliéster, leve e confortável, com alta capacidade de absorção e rápida evaporação do suor. Modelagem reta anatômica (regular fit). Gola redonda reforçada e mangas curtas com costura dupla. Cores preta ou azul royal/marinho.	Unidade	05
03	Tênis para caminhada e treino funcional, com cabedal em mesh respirável alta qualidade ou tecido knit. Design slip-on ou com cadarço. Estrutura reforçada no calcanhar. Solado reto (flat), com drop baixo ou zero, fabricado em borracha antiderrapante de alta aderência para pisos de academia e áreas externas. Amortecimento intermediário em espuma EVA, densidade média ou gel no calcanhar para absorção de impacto e estabilidade. Visual discreto e profissional. Cor preta ou azul.	Par	02
04	Bermuda esportiva poliéster com elastano. Tecnologia dry fit para respirabilidade e a rápida secagem do suor. Modelagem reta ou slim fit, comprimento médio acima do joelho. Cós elástico com cordão para ajuste seguro. Bolsos laterais funcionais, com opção de fechamento em zíper invisível. Cor preta ou azul.	Unidade	02
05	Camisa manga longa em tecido de alta performance em poliamida com elastano. Proteção solar permanente FPU 50+, bloqueando no mínimo 98% dos raios UVA e UVB, incorporada ao fio, não perdendo a eficácia com as lavagens. Tecnologia de toque gelado ("ice"), rápida absorção e secagem do suor (dry fit), mantendo conforto térmico em ambientes quentes. Modelagem ergonômica, gola careca, alta durabilidade, resistência ao cloro e à água. Cor preta ou azul.	Unidade	02
06	Boné em tecido leve e respirável, com estrutura em seis gomos e ilhós bordados. Aba curva clássica, proteção contra o sol, fechamento traseiro tipo strapback com fita ajustável e fivela metálica. Costuras reforçadas, visual discreto e profissional.	Unidade	01
07	Tênis para corrida leve e ergonômico, indicado para corrida e atividades de alto impacto, com cabedal em tecido respirável tipo mesh para melhor ventilação e ajuste anatômico. Possui entressola em espuma de alta resiliência com amortecimento eficiente e retorno de energia, solado em borracha antiderrapante resistente à abrasão, fechamento por cadarço, forro acolchoado no calcanhar e palmilha anatômica removível, garantindo conforto, estabilidade e durabilidade no uso profissional. cor preta ou discreta.	Par	01

08	Crachá em pvc tamanho padrão, impressão com foto colorida, suporte porta-crachá, e cordão Poliéster acetinado ou microfibra com Presilha "Jacaré" de aço inoxidável.	Unidade	01
----	--	---------	----

## EQUIPAMENTOS

7.14. No âmbito da estimativa das quantidades a serem contratadas, identificou-se a **necessidade de aquisição de equipamentos específicos** para uso do **motorista** e do **educador físico**, considerando as atribuições inerentes a cada posto e as exigências operacionais para a adequada execução dos serviços.

7.15. Para o **posto de motorista**, os equipamentos são indispensáveis para garantir a **segurança, a eficiência e a regularidade das atividades de transporte institucional**, contribuindo para o apoio logístico às demandas administrativas e operacionais, bem como para a redução de riscos durante a condução de veículos e o manuseio de materiais e cargas.

7.16. No que se refere ao **posto de educador físico**, a disponibilização de equipamentos adequados é essencial para a **execução segura e eficaz das atividades de instrução física**, acompanhamento de treinamentos, realização de eventos esportivos e desenvolvimento de ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores, assegurando a correta orientação dos usuários e a qualidade técnica dos serviços prestados.

7.17. Dessa forma, a inclusão dos equipamentos na estimativa contratual revela-se necessária para assegurar a **plena execução do contrato**, o atendimento adequado às demandas institucionais e a observância dos princípios da eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos.

### EQUIPAMENTOS DO MOTORISTA

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
01	Lanterna multifuncional, LED, alcance mínimo 200 metros, com alça, iluminação lateral tipo camping, bateria recarregável, resistente à chuva.	Unidade	01
02	Caixa de Ferramentas contendo: 01 maleta para transporte, 01 cabo para chupeta, 01 chave de fenda, 01 chave Phillips, 01 alicate universal, 01 fita isolante, 01 lanterna de cabeça.	Unidade	01
03	Capa de chuva, material impermeável, modelo corpo inteiro	Unidade	01
04	Colete refletivo de segurança, 4 bolsos, faixas refletivas, fechamento com zíper, material em poliéster	Unidade	01

### EQUIPAMENTOS DO EDUCADOR FÍSICO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
01	Plicômetro/adipômetro científico digital com Registro ANVISA. Função Lock (Trava o valor no visor), Função de Calibração; Botão ON/OFF Sensibilidade 0,1 mm Amplitude leitura: Aproximadamente 85mm; Pressão +- 10g/mm2; Montagem em aço inox, corte a laser. Ponteiras (fixas) ABS; Molas em aço zincado, não enferruja; Relógio Digital de alta precisão	Unidade	01

02	Balança digital de bioimpedancia, características mínimas: deve posuir sensores de alta precisão (aprox. 8 sensores); pesagem mínima de 150kg; deve medir no mínimo o Peso corporal, Gordura corporal, Índice de Massa Corporal (IMC), Gordura visceral, Gordura subcutânea, Água corpora, Massa óssea, Massa muscular, Metabolismo basal, Proteína, Idade corporal; comprimento do cabo de aprox. 140cm; conexão por telefone /dispositivos celular iOS/Android via Bluetooth/wifi; plataforma de aprox. 32cmx30cm; deve acompanhar as pilhas.	Unidade	01
03	Monitor de pressão digital, características mínimas: Braçadeira (22-42cm), Conectividade Bluetooth ou wifi (iOS e Android), Detector de Arritmia Cardíaca, Guia de Enrolamento Correto, Armazenamento aprox. de 60 Memórias com Data e Hora; deve acompanhar as pilhas.	Unidade	01
04	Fita métrica corporal flexível 150cm, em poliéster e fibra.	Unidade	01
05	Cronômetro profissional, característica mínimas: mostra horas, minutos, segundos, dia da semana, mês e data; precisão de 1/100 segundos; funções de alarme e soneca; Grava o tempo da volta e do trecho simultaneamente; memoriza pelo menos as 10 primeiras voltas; Dimensões aproximadas: 8,3cm x 6,5cm x 2,3 cm; deve compagnar o cordão.	Unidade	01
06	Apito profissional em plástico ABS atóxico, sem esfera, potência sonora de aprox. 90dB; ref. Fox 40, cor preta, deve acompanhar cordão.	Unidade	01
07	Mochila expansiva com Alças de ombro, alça superior e lateral, alça para carrinho de bagagem. Bolsos. Compartimento frontal para itens pequenos, bolso principal com alças de compressão internas. Capacidade 33L a 45L. Dimensões mínimas 45x32x12cm (expansível até 45x32x22cm) Material em Poliéster e nylon. Expansível, impermeável, resistente a arranhões, respirável, porta USB Mochila Executiva Viagem Expansível Até 42L Notebook Usb Trabalho	Unidade	01

7.18. Os quantitativos apresentados são estimativos, não gerando direito adquirido da contratada sobre a execução total.

7.18.1. As quantidades a serem executadas serão definidas logo após a assinatura do contrato e poderão ser modificadas durante a execução do mesmo, de acordo com a conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária da contratante.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 283.980,72

8.1. O valor inicialmente estimado da contratação é de R\$ 23.665,06 (vinte e três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sentavos centavos) mensais e de R\$ 283.980,72 (duzentos e oitenta e três mil novecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos) anuais para os serviços a serem prestados na SR/PF/PI, com base nas pesquisas de preços.

8.2. Os valores estimados para a contratação foram devidamente orçados, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no item 5.3, incisos I, II e III, do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, observando-se metodologias compatíveis com a natureza dos serviços e com as especificidades de cada posto de trabalho.

8.3. No que se refere ao posto de motorista, o salário-base e os respectivos direitos trabalhistas encontram-se expressamente previstos na Convenção Coletiva de Trabalho registrada sob o nº PI000035/2026, aplicável à categoria no Estado do Piauí, a qual foi adotada como parâmetro obrigatório para a composição dos custos, em observância às normas coletivas vigentes.

8.4. Quanto ao posto de educador físico, verificou-se a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho ou de Lei Estadual que regulamente piso salarial específico para a categoria no Estado do Piauí. Diante dessa lacuna normativa, tornou-se necessária a realização de ampla pesquisa de preços de mercado

para a definição do salário de referência, bem como a utilização de parâmetros comparativos para o estabelecimento dos benefícios mensais e diários, tais como vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-saúde e seguro de vida, assegurando equilíbrio econômico-financeiro e adequada atratividade da contratação.

8.5. Para a definição dos salários e do regime de remuneração, foram consideradas, ainda, as orientações constantes do Parecer nº 010/2023/ADV-EST/E-CJU/SCOM/CGU/AGU, do qual se extraem, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- é vedada a fixação de remuneração celetista inferior ao salário mínimo nacional ou regional;
- na inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho, eventual Lei Estadual de Piso Salarial deverá ser observada como norma de reserva;
- inexistindo CCT ou Lei Estadual de Piso, ou havendo defasagem normativa, admite-se a realização de ampla pesquisa de mercado para definição do salário de referência, desde que devidamente fundamentada;
- o surgimento de nova CCT ou legislação superveniente ensejará a aplicação da norma mais benéfica ao trabalhador, por meio de repactuação contratual;
- quando adotada a remuneração definida por pesquisa de preços, as repactuações futuras deverão observar novas pesquisas, salvo na hipótese de superveniência de norma coletiva ou legal específica;
- não é admissível a utilização de CCT expirada para a composição dos custos do contrato.

8.6. Os detalhamentos dos custos estimados encontram-se consignados na Planilha de Custos e Formação de Preços atualizada, bem como sintetizados no Mapa Comparativo de Preços, os quais subsidiam a definição do valor global da contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se mostra viável o parcelamento do objeto da presente licitação, razão pela qual a contratação será realizada em lote único, com a seleção de uma única empresa para a prestação dos serviços correspondentes aos postos de motorista e educador físico, nos termos da justificativa a seguir apresentada.

9.2. O não parcelamento fundamenta-se na necessidade de assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade na execução contratual, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. Os serviços objeto da contratação possuem natureza contínua e caráter complementar, integrando o conjunto de atividades de apoio necessárias ao pleno funcionamento da unidade contratante, o que recomenda sua gestão de forma unificada.

9.3. A eventual contratação de empresas distintas para cada posto poderia acarretar dificuldades na coordenação das atividades, aumento do risco de falhas operacionais, atrasos na execução dos serviços e conflitos contratuais, além de comprometer a padronização de procedimentos, rotinas administrativas e critérios de atendimento às demandas institucionais. A execução dos serviços por um único contratado permite maior controle, integração e eficiência operacional, reduzindo riscos à continuidade dos serviços.

9.4. Adicionalmente, a pulverização da contratação em mais de um contrato implicaria maior complexidade na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais, dificultando o acompanhamento da execução, a gestão de substituições, o controle de jornada e a verificação do fornecimento de uniformes, equipamentos e benefícios. A centralização contratual, por sua vez, facilita a atuação da fiscalização e mitiga riscos administrativos.

9.5. Ressalta-se, ainda, que a contratação em lote único contribui para a redução de custos administrativos, evitando despesas adicionais decorrentes da gestão de múltiplos contratos, e favorece a economia de escala, com reflexos positivos na eficiência financeira e operacional da Administração.

9.6. Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, administrativos e econômicos envolvidos, conclui-se que o não parcelamento do objeto, com a contratação de uma única empresa para os dois postos, revela-se a solução mais adequada ao interesse público, assegurando a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro com as ações estratégicas traçadas no Plano de Gerenciamento de Contratações 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como já foi explicitado neste Estudo Preliminar, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom apoio logístico efetivo pela SR/PF/PI e de suas unidades descentralizadas por meio de atividades de apoio que viabilizam a concentração da força laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do Órgão.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. O órgão demandante já dispõe da **infraestrutura física e administrativa necessária para o início da prestação dos serviços**, incluindo instalações adequadas, espaços destinados às atividades previstas e condições operacionais compatíveis com os postos a serem contratados, não sendo necessárias intervenções estruturais prévias para o início da execução contratual.

13.2. Como providência administrativa indispensável, deverá ser realizada a **indicação formal de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato**, nos termos da legislação vigente. Esses servidores atuarão no monitoramento contínuo dos serviços prestados, na verificação do cumprimento das obrigações contratuais, bem como no **recebimento provisório e definitivo dos serviços**, assegurando a conformidade com as especificações estabelecidas.

13.3. Ressalta-se que a designação da equipe de acompanhamento e fiscalização é medida essencial para garantir a **regularidade, eficiência e qualidade da execução contratual**, bem como para mitigar riscos administrativos e assegurar o adequado atendimento às necessidades institucionais.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação dos serviços de motorista e educador físico, por se tratar de prestação continuada de serviços predominantemente de natureza administrativa e operacional, não configura atividade de significativo impacto ambiental. Ainda assim, em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e do Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal (PLS), foram avaliados os possíveis impactos ambientais indiretos associados à execução do contrato.

14.2. No âmbito do posto de motorista, os impactos ambientais potenciais relacionam-se, principalmente, ao uso de veículos automotores, notadamente quanto ao consumo de combustíveis e à emissão de gases poluentes. Tais impactos são inerentes à atividade e caracterizados como de baixo impacto incremental, considerando que os deslocamentos ocorrerão no atendimento às demandas institucionais já existentes.

14.3. Quanto ao posto de educador físico, os possíveis impactos ambientais restringem-se ao consumo indireto de energia elétrica, associado ao uso das academias e equipamentos esportivos, bem como à utilização de materiais de apoio às atividades físicas. Trata-se de impactos de baixa relevância ambiental, uma vez que as atividades serão desenvolvidas em estruturas já instaladas, sem a necessidade de obras, ampliações ou novas intervenções físicas.

14.4. De forma complementar, a execução contratual poderá gerar resíduos de pequeno porte, tais como uniformes, equipamentos de proteção individual e materiais de uso rotineiro, os quais demandam descarte adequado, em observância às boas práticas ambientais e às normas vigentes.

14.5. Com vistas à mitigação dos impactos ambientais potenciais identificados, deverão ser observadas as seguintes medidas, em consonância com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal e com as diretrizes da sustentabilidade nas contratações públicas:

- incentivo ao uso racional da frota, com adoção de boas práticas de condução, planejamento de rotas e redução de deslocamentos desnecessários;
- observância das políticas institucionais de manutenção preventiva dos veículos, contribuindo para maior eficiência no consumo de combustíveis e redução de emissões;
- utilização consciente de energia elétrica e equipamentos nas academias e espaços de prática esportiva, evitando desperdícios;
- fornecimento de uniformes e EPIs duráveis, priorizando a redução da substituição frequente e, conseqüentemente, da geração de resíduos;
- garantia de destinação ambientalmente adequada de resíduos, especialmente aqueles decorrentes de materiais inutilizados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.6. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são pontuais, controláveis e de baixo impacto, estando adequadamente tratados por meio de medidas mitigadoras simples, compatíveis com o objeto contratado e alinhadas às diretrizes de sustentabilidade ambiental adotadas pela Polícia Federal.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. Os serviços elencados são tecnicamente viáveis, condicionados a disponibilidades orçamentaria.

15.3. A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação, recomendamos a licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, tendo com critério de julgamento o menor preço por item.

15.4. Nos termos do Art. 9º, XIII, da IN 58/2022 SEGES, esta equipe declara que os serviços, ora contratados, são adequados ao atendimento das necessidades da instituição.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:18:15.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I ETP.pdf (82.82 KB)

## ANEXO I

### ROTINAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. EDUCADOR FÍSICO

1.1 Finalidade do posto: atuar de forma contínua e técnica na promoção da saúde, prevenção de lesões, condicionamento físico e preparo funcional dos servidores da Polícia Federal, contribuindo para a manutenção da capacidade operacional e redução de afastamentos.

##### 1.2 Local de atuação

- Academia da SR/PF/PI – Teresina/PI (posto principal);
- Possibilidade de atuação eventual e programada nas localidades que venham a ser indicadas pela Administração.

##### 1.3 Rotina diária e periódica de atividades

###### a) Planejamento e organização

- Elaborar planos de treino individualizados e coletivos, adequados às exigências funcionais dos servidores;
- Planejar rotinas semanais e mensais de treinos funcionais, musculação e atividades aeróbicas;
- Programar ações de ginástica laboral e atividades preventivas.

###### b) Orientação na academia

- Atuar como orientador permanente na academia da SR/PF/PI;
- Supervisionar a execução correta dos exercícios, corrigindo posturas e cargas;
- Controlar frequência e utilização adequada dos equipamentos.
- Auxiliar na organização da academia e orientação para manter a mesma organizada e funcional.
- Verificação rotineira das condições dos equipamentos e limpeza, relatando qualquer inconformidade.

###### c) Promoção da saúde e prevenção

- Desenvolver ações voltadas à prevenção de doenças ocupacionais;
- Realizar avaliações físicas básicas (antropometria, bioimpedância, IMC, pressão arterial);
- Acompanhar servidores em programas de recondicionamento físico.
- Desempenhar, ou auxiliar para que aconteça atividades físicas diversas relacionadas à prática de esportes ou correlatos.

###### d) Atividades de artes marciais

- Ministrar aulas de Jiu-Jitsu, com foco em:
  - Condicionamento físico;
  - Autocontrole e disciplina;
  - Técnicas de imobilização e defesa pessoal;
- Adequar as aulas ao nível técnico e funcional dos servidores.
- Ministrar as aulas observando os padrões, normas técnicas, regras e diretrizes estabelecidos pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ).

###### e) Atuação em outras unidades

- Deslocar-se para outras localidades conforme demanda institucional, para:
  - Ministrar aulas presenciais;



- Acompanhar treinamentos funcionais;
- Apoiar eventos esportivos institucionais;
- Executar programas itinerantes de promoção da saúde.

#### **f) Atividades extraordinárias**

- Atuar em horários alternativos (noturno, finais de semana e feriados), quando necessário;
- Participar de campanhas institucionais de saúde e qualidade de vida;
- Apoiar eventos esportivos internos e externos, inclusive na parte de planejamento e realização.
- Auxiliar nas especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos, e posterior recebimentos e ainda na elaboração de relatórios de conformidade ou desconformidade.

## **2. MOTORISTA**

2.1 Finalidade do posto: prestar apoio logístico e operacional contínuo, assegurando a mobilidade de servidores, materiais, documentos e viaturas, permitindo que os servidores da Polícia Federal se concentrem nas atividades finalísticas.

### **2.2 Tipos de veículos**

- Viaturas oficiais;
- Veículos utilitários;
- Vans;
- Caminhões;
- Ônibus;
- Carretas;
- Veículos de grande porte em geral.

### **2.3 Local de atuação**

- SR/PF/PI – Teresina/PI (posto principal);
- Deslocamentos eventuais para localidades determinadas pela Administração.

### **2.4 Rotina diária e periódica de atividades**

#### **a) Condução de veículos**

- Dirigir e manobrar veículos oficiais com segurança;
- Transportar servidores, autoridades, colaboradores, bens e documentos;
- Conduzir veículos em deslocamentos urbanos e intermunicipais.
- Conduzir veículos sob responsabilidade da administração, quando solicitado.

#### **b) Apoio logístico**

- Apoiar missões administrativas e operacionais;
- Realizar transporte de materiais institucionais;
- Atender demandas emergenciais e extraordinárias.

#### **c) Manutenção e conservação**

- Deslocar viaturas:
  - Para oficinas mecânicas;
  - Para abastecimento de combustível;
  - Para lavagem, vistoria e manutenção preventiva;
- Realizar verificações básicas:

- Níveis de óleo, água, combustível;
- Condições de pneus, iluminação e sinalização;
- Comunicar falhas mecânicas à unidade responsável.

**d) Operação de veículos especiais**

- Conduzir e manobrar:
  - Caminhões;
  - Ônibus;
  - Carretas;
  - Utilizar corretamente equipamentos auxiliares e dispositivos especiais de sinalização sonora e luminosa.

**e) Atividades administrativas acessórias**

- Cumprir rotas e horários programados;
- Utilizar sistemas de navegação;
- Manter comunicação constante com os setores demandantes;
- Seguir normas internas de segurança, sigilo e conduta funcional.

**f) Atuação em outras unidades**

- Realizar viagens institucionais localidades demandadas pela SR/PF/PI, para:
  - Transporte de servidores;
  - Apoio logístico;
  - Transporte de bens e documentos;
- Atuar em finais de semana, feriados e períodos noturnos, quando necessário.

**3. Observações finais**

- Ambos os postos são serviços contínuos, com dedicação exclusiva, podendo demandar:
  - Horas extras;
  - Deslocamentos intermunicipais;
  - Atuação fora do horário regular;
- As rotinas descritas deverão estar em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, com o Termo de Referência, com o Contrato e com a legislação vigente.